

A (RE)PRODUÇÃO DOS “POLOS”: NOTAS SOBRE A IMPOSIÇÃO DAS CORES ROSA E AZUL NA FORMAÇÃO DE GÊNERO E DO HETEROSSEXISMO

Maria Regina de Lima Gonçalves Oliveira

Mestranda do Programa Interdisciplinar de Educação, Linguagem e Tecnologias da UEG.

Resumo:

As discussões sobre gênero permeiam todas as esferas sociais, e sua produção, de acordo com o imaginário social, pode ser estabelecida desde o ventre materno, quando por meio da ultrassonografia descobre-se o sexo da criança e inicia-se o processo de produção das identidades de gênero. O rosa e o azul são peças primordiais para essa formação, pois simbolizam de acordo com os arranjos sociais vigentes, a primeira diferenciação entre meninas e meninos. Diante disso, este artigo objetiva entender como essas determinações de cores influenciam na reprodução da polaridade que divide mulheres e homens em dois extremos diferentes e opostos, nos quais o que é determinado a uma é condenado a outro e vice-versa. Parte-se do entendimento proposto por autoras/es diversas/os, como Beauvoir, que já em 1949, acenava para a ideia hoje já consensual, que não há uma determinação de gênero pré-social, ou seja, que se dê de forma intrauterina, mas sim gêneros construídos socialmente e culturalmente. A pesquisa bibliográfica realizada permite deferir, que essa construção não se aplica somente a produção do feminino e do masculino, pois trata-se de um processo que institui (re)produzir também a heterossexualidade como única possibilidade de vivência sexual, sendo esta considerada como algo natural, compulsório e legítimo. Nesse sentido, dentre os resultados encontrados na literatura, destacam-se *i*) a produção de pólos que separam e divergem mulheres e homens, *ii*) o “encapsulamento” dos sujeitos aos padrões (im)postos pelo rosa e o azul, *iii*) a (re)produção pré-social dos gêneros, tomado como sinônimo de sexo, e *iiii*) a associação do rosa a mulher e conseqüentemente ao gay.

Palavras-chave: Rosa. Azul. Gênero. Heterossexualidade.

Introdução

Este trabalho objetiva entender como as determinações das cores rosa e azul, influenciam na reprodução da polaridade que divide mulheres e homens em dois extremos diferentes e opostos, nos quais o que é determinado a uma é condenado a outro e vice-versa, bem como analisar a produção da heterossexualidade como campo legítimo reforçado por essas deliberações.

Essa produção surgiu da necessidade de compreender a relação das cores rosa e azul na (re)produção da polaridade que determina o que é adequado para cada gênero e, conseqüentemente, a manutenção da heteronormatividade. Nesse sentido, Petry e Meyer (2011), afirmam que essa sustentação é uma forma de regular aquelas/es que desviam-se das

normas firmadas pelas convenções sociais.

Diante desse quadro, a heteronormatividade é entendida a partir da ótica cultural, ou seja, é um desdobramento da cultura, e assim, é significada e legitimada dentro dessa esfera (PETRY; MEYER, 2011). Desse processo, incorre a produção de gênero e sexualidade¹, os quais se assentam implicitamente nas (re)produções de discursos e práticas normatizadoras, que demarcam sujeitos e fixam as características esperadas de cada um.

Na perspectiva adotada aqui, o termo gênero se refere a “todas as formas de construção social, cultural e linguísticas implicadas com processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade” (MEYER, 2004 p.15)

Com isso, há um processo de normatização que encerra outras vivências que não aquela negociada socialmente, esse pressuposto explica, por exemplo, por qual motivo são (im)postas a mulher a cor rosa e o homem a cor azul. Trata-se, nesta direção, de uma problemática que perpassa a discussão de gênero e de sexualidade. Essas imposições são formas de regular e “assegurar” o que já está estabelecido culturalmente/socialmente, cabendo aos sujeitos viverem sob a lógica biologicista, que considera “[...] duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho” (PETRY; MEYER, 2011 p.195).

Tendo em vista que o objeto de estudo dessa pesquisa centra-se na imposição do rosa e do azul para a (re)produção de gêneros pré-sociais e da heterossexualidade compulsória, os entendimentos necessários a esse trabalho situam-se às esteiras de autoras/es que abordam essa temática, tais como: Louro (2014), Moreno (1999), Auad (2003; 2016), Petry e Meyer (2014) e Beauvoir (1949).

Referencial Teórico

O contexto social no qual se dá a construção de gênero pauta-se na concepção binária, entendida como dois pólos que separam e divergem características e vivências de mulheres e homens. Dentro dessa (re)produção, a determinação das cores rosa e azul – não por acaso – incidem como representações das diferenças estabelecidas e esperadas dos sujeitos nelas inscritos.

¹ De acordo com Louro (2000, p.63-64) “o conceito de sexualidade é utilizado para se referir às formas como os sujeitos vivem seus prazeres e desejos, nesse sentido as identidades sexuais estariam relacionadas aos diversos arranjos e parcerias que os sujeitos inventam e põem em prática para realizar seus jogos sexuais.”

Ante a perspectiva biologicista, o conceito de gênero emerge como forma de problematizar os significados sociais/culturais dados a mulheres e homens, e com isso, contrapor-se a ideia de sexo como sinônimo de heterossexualidade. Para tanto, evidencia-se a necessidade de se pensar as identidades² de gênero como construção social que abarca toda a vida e que pode acontecer em diferentes ambientes e tempos. Mais do que isso, as discussões de gênero possibilitaram rever os espaços e as relações de poder imbricadas a sua (re)produção, bem como a regulação das vivências sexuais desviantes das normas.

Atendo-se as considerações de Foucault em *Microfísica do poder* (1979), depreende-se que o poder não se subjaz a um local específico, nem está relacionado com a “dominação global de uns sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro”, mas está entrelaçado “as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade” (p.181). Nesse sentido, o poder não é tido como uma forma de repressão, pois está “invisivelmente” intrincado a vigilância e o controle que reina em todas as esferas sociais, agindo de forma sutil e camuflada. Essa concepção permite pensar em sujeitos livres que em contrapartida produzem e reproduzem poder.

Nesta linha de raciocínio, a polaridade (im)posta, pode ser entendida como uma forma de reprodução das relações de poder, assim como o acatamento das cores rosa e azul para a diferenciação dos sujeitos. Trata-se, de um processo também sutil e “imperceptível” de produção de seres binários e heterossexuais.

O heterossexismo é conceituado por Herek (1992) como um sistema de ideologias que nega e estigmatiza todas as vivências sexuais que fogem daquela considerada padrão. Nesse contexto, as pessoas que seguem a norma regulatória da sexualidade são privilegiadas em detrimento daquelas que se desviam, as quais são excluídas do cenário social, dos direitos civis, tais como, o do casamento que durante muito tempo não era reconhecido. “Coincidentemente”, a justificativa para a irregularidade do casamento gay/lésbica está centrada na ideia de manutenção da relação binária, ou seja, na reverberação da necessidade de referências femininas e masculinas para a “formação” da identidade heterossexual da criança.

O que fica no plano do esquecimento, entretanto, é que o gênero, assim como a sexualidade são construídos socialmente, por meio das relações estabelecidas entre as pessoas

² Conforme situa Louro em seu livro *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (2014), as identidades não são instaladas aos sujeitos do ponto de vista de sua idade ou de forma inevitável, mas, são plurais e se transformam ao longo da vida, não sendo assim, fixas ou determinadas de forma pré-social.

e assim, não é determinado pelo sexo (perspectiva biológica). As desigualdades de gênero estão relacionadas ao entendimento da homossexualidade como vivência sexual compulsória, inerente ao sexo dado no nascimento.

Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2002), auxilia a compreender essas dimensões sociais discutidas aqui, sob o viés do processo histórico da formação da família. A partir das considerações do autor, pode-se entender que esse processo contribuiu para a concepção sexista³, machista⁴ e heterossexista presentes nas entrelinhas sociais. Trazendo dados históricos, o autor problematiza o casamento monogâmico como uma união baseada em conveniências, pautadas em processos econômicos, da propriedade privada e na ideia de multiplicação humana. Com isso iniciava-se, a opressão e dominação de um sexo sobre o outro e de uma classe sobre a outra. Nessa perspectiva, o casamento não era tido como a coroação do amor entre as pessoas, mas sim “como uma carga, um dever para com os deuses, o Estado e seus antepassados, dever que estavam obrigados a cumprir” (ENGELS, 2002 p.65).

Nesse cenário, o processo de produção dos polos, e conseqüentemente, das desigualdades de gênero estão inicialmente – e talvez continuem sendo ainda nos dias atuais – pautadas na divisão social do trabalho mencionada por Marx e Engels em *A ideologia alemã* (2002), onde aos homens cabiam atividades nas quais exigia-se certo raciocínio lógico e posicionamento frente aos desafios apresentados e contraditoriamente às mulheres eram colocadas atividades referentes ao cuidado com a casa, com a comida e com a confecção de roupas, etc. Em síntese, os afazeres eram distribuídos de acordo com o entendimento do que era adequado para cada um/a. Na atualidade, essa ideia ainda permanece enraizada ao imaginário social⁵, que divide e dicotomiza a relação homem-mulher pautando-se naquilo que se julga próprio para cada sexo, ou seja, características dadas como naturais e inerentes ao sexo biológico.

Nesta discussão entende-se a relação entre homens e mulheres, tanto no âmbito “privado” do lar, quanto no público, como imersas a relações de poder e hierarquização.

³ De acordo com Moreno (1999), o sexismo é a discriminação baseada em critérios sexuais. Ou seja, trata-se do entendimento binário, no qual há a relação homem/dominador X mulher/dominada, assim como da perspectiva biologizante.

⁴ Pinto, Meneghel e Marques (2007, p.239) entendem machismo como “o conjunto de atitudes e ideias que considera o sexo masculino superior ao sexo feminino, garantindo a superioridade de direitos para os homens e reforçando a inferioridade atribuída à mulher”

⁵ De acordo com Carvalho (1987, p.11) “O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...]”. E acrescenta que: “Nele as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...]”.

Nesse processo de hierarquia e disparidade a construção de polos se manifesta e se justifica no cerne das diferenças sexuais/biológicas e físicas, nas quais se dá uma construção de identidade feminina e masculina, bem como a definição/fixação de funções sociais, nas quais cabe a mulher a passividade e a submissão, criando aspectos essenciais para a prática de opressão masculina.

Esses apontamentos acenam para a compreensão das disparidades de gênero e para o entendimento da heterossexualidade como única e legítima vivência sexual, pois há um processo de construção dessas identidades, há uma forte ideia vinculada à perspectiva biologicista de que as identidades são fixas e estáveis, dadas no nascimento, e dessa forma, não há desvencilhamento possível que entenda essas categorias sociais como produto das relações estabelecidas socialmente/culturalmente.

A imposição do rosa e do azul reverberam essa dicotomia, produz identidades de gênero estanques e contribuem igualmente para a propagação do heterossexismo. Em outras palavras, não são dadas oportunidades para outra vivência que não a normativa. De acordo com Auad (2016, p.22), o modo como a sociedade percebe cada um dos gêneros resulta em “[o]posição e polaridade. O feminino é associado, na maioria das vezes, à fragilidade, à passividade, à meiguice e ao cuidado. Ao masculino correspondem atributos como a agressividade, o espírito empreendedor, a força e a coragem”

Ao estabelecer o rosa como representante do feminino anula-se qualquer possibilidade de uso dessa cor por parte dos homens, outrossim, ao impor-se o azul como a cor do homem anula-se em consequência disso, que a mulher faça uso dessa cor. A pena as/aos que fogem dessa lógica binária, refere-se à associação do uso das cores à sexualidade desviante, assim, nessa perspectiva, um homem vestindo rosa é digno de “suspeita”. As relações entre gênero e sexualidade estão tão consubstanciadas que as imposições emergentes a esses dois campos são formas encontradas de regular os sujeitos e mantê-los sob a ordem vigente.

Conforme afirma Dagmar Meyer (2000, p.152-153), “as representações hegemônicas de gênero (...) fixam padrões nos quais se institui o que é ser homem e mulher, como se educam meninos e meninas e, por extensão, o que podem/devem fazer da/na vida.” Assim, todas/os aquelas/es que se afastam da referência negociada pelos arranjos sociais, são consideradas/os desviantes/anormais. Percebe-se com isso, que existem várias questões que se imbricam as relações de gênero, tais como a sexualidade, classe, raça, etnia, religião, dentre outros, essa associação acontece em consonância com as instâncias sociais, nas quais meninas e meninos encontram-se inseridas/os.

Diante do exposto, há uma expectativa binária que produz sujeitos e os caracterizam,

há como Foucault afirma, um processo de docilização dos corpos, e nesse sentido, não é de se estranhar que meninas apresentem comportamentos que remetam a passividade e dependência, uma vez, que são condicionadas desde ventre materno a seguir à sombra masculina. Auad (2016, p.39) assevera que “meninas que apresentam meiguice ou meninos que falam aos gritos são resultantes do modo como as relações do gênero foram construídas na sociedade ao longo do tempo”. Deduz-se a partir daí, que o rosa e o azul são peças de um quebra-cabeça maior, cujo fim de jogo objetiva a manutenção das disparidades de gênero e do heterossexismo.

Metodologia

Seguindo uma metodologia qualitativa, a pesquisa bibliográfica⁶ realizada, fornece subsídios para a compreensão das (re)produções de gênero, com vistas a superar os ranços da perspectiva biologizante. Centrada na perspectiva social/cultural da conceituação do termo em destaque, essa produção evidencia com base em referenciais que discutem a temática e seus desdobramentos, as implicações do rosa e do azul na manutenção das normas que se pautam no binarismo e assentam-se no entendimento da heterossexualidade compulsória.

Para a abordagem em ênfase, o conceito de gênero adotado é consoante aos pressupostos do pós-estruturalismo, o qual traz a tona discussões que problematizam as relações estabelecidas como imersas as linhas de poder que subjaz a sociedade em todas as esferas, bem como compreende a necessidade de se discutir e para, além disso, buscar soluções para as disparidades implícitas ao campo social.

Resultados e Discussões

A discussão apresentada aqui almeja descortinar o processo de fabricação dos sujeitos (FOUCAULT, 2004) nos limiares das questões de gênero e de sexualidade, entendendo nessa direção, a implicação da prática irrefletida do rosa e do azul como próprios e intrínsecos ao gênero feminino e masculino, respectivamente. É magna entender que não é permitido em nenhum momento da vida, uma vivência de gênero que não seja condizente com a cisgênero⁷,

⁶ De acordo com Gil (2008, p. 44) a pesquisa bibliográfica é aquela que tem como base de estudo “material já elaborado, constituído principalmente de livros [...]”.

⁷ “Chamamos de cisgênero, ou de ‘cis’, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p. 10).

assim como uma vivência que não seja a heterossexual.

Por intermédio da (re)produção de polos almeja-se que homens e mulheres fixem em extremos diferentes e intransitáveis. Assim “[s]ó se pode pertencer a um gênero, nunca ao outro ou a ambos” (FLAX, 1991 p.228). A perspectiva binária pode ser entendida, nesse contexto, como relações de poder/dominação entre os componentes do polo, sendo essas relações de gênero “controladas por um de seus aspectos inter-relacionados – o homem” (FLAX, 1991 p.228).

Beauvoir em seu livro *O segundo sexo* (1949) dá algumas “dicas/pistas” que mais se assemelham a denúncias que descrevem as raízes culturais das disparidades de gênero. Minuciosamente, ela aponta as possíveis razões para as mulheres serem consideradas inferiores aos homens. Essa obra é considerada um marco para as discussões de gênero que o vêem como constructo social e cultural, assim como este é entendido aqui.

O processo de construção das identidades de gênero e da heterossexualidade é iniciado no ventre materno, quando se descobre o sexo da criança e dá-se início a uma série de imposições que são tidas como naturais. Corrobora Auad (2003, p.57) que:

[...] no momento em que uma criança do sexo masculino nasce e ouvimos alguém dizer “É um menino!”, assistimos à primeira interpretação de uma série que, de diferentes formas, moldará as experiências, vivências e o modo como essa criança participará no meio social. Nascer homem ou nascer mulher, em nossa sociedade, cria uma identidade em oposição à do sexo que não é o seu (o sexo “oposto”), distanciando-se dele e negando-o. Assim, quem nasce menino deve rejeitar tudo o que pode ser considerado feminino em sua personalidade e atitudes; quem nasce menina deve distanciar-se do que é considerado masculino [...].

Há um processo quase que não-consciente de reforço e produção de corpos, o uso do rosa e do azul dão sustentação a essa afirmação, pois ao usá-lo em suas/eus filhas/os, as pessoas acreditam que estão contribuindo para a fixação e produção da identidade cisgênero, a qual é vislumbrada e considerada a adequada.

Conclusão

As breves considerações expostas nesse trabalho permitem inferir que a imposição das cores rosa e azul para a diferenciação entre mulheres e homens é, além das questões óbvias de marketing, as quais não são o foco dessa pesquisa, uma forma de manter o binarismo e reforçar a condição de homem/dominador X mulher/dominada.

Auad (2016) sugere como forma de superar os ranços patriarcais⁸, que não sejam implementadas práticas que separem coisas de mulher, de um lado, e coisas de homem, de outro. Para ela, o rosa e o azul deveriam ser “percebidos como cores de todas as pessoas” e os “valores como coragem, afetividade, organização, força, racionalidade e emotividade” deveriam ser “igualmente pertinentes tanto às meninas e mulheres quanto aos homens e meninos” (p.81).

Uma possível minimização da abordagem binária é proposta pela autora como forma de contribuir para igualdade entre homens e mulheres, bem como para a superação da imposição da heterossexualidade associada ao sexo biológico. Percebe-se que o processo de oposição e desigualdade de gênero, inicia-se muito cedo, pois desde antes do nascimento, há uma imposição social que tenta conformar meninas a assumirem uma identidade que não é natural, mas é ordenada pelas estruturas da sociedade, as quais associam a mulher, a cor rosa e para, além disso, os brinquedos que auxiliarão em seu percurso quando adulta – as bonecas, fogões, etc. são exemplos dessa silenciosa (re)produção.

Assim, inerentes a diferenciação feitas na escolha de brinquedos “femininos”, há a articulação da ideia mulher-lar, pois a maioria das brincadeiras e brinquedos são como ensaios para a vida adulta de alguém que deverá – impostamente/compulsoriamente – cuidar de casa, de filhas/os, do marido (haja vista que não há oportunidade de outra sexualidade, que não a hetero). Nota-se aí, o processo de fabricação de sujeitos mencionado por Foucault (2004), não há nesse processo um acesso a outras vivências que não aquelas que são consideradas como intrínsecas/naturais ao feminino. Várias análises podem ser feitas a partir desse contexto, uma vez, que nele, as mulheres não possuem acesso a brinquedos que estimulem o raciocínio lógico, a lateralidade, enfim aspectos que são associados ao masculino.

Quanto ao processo de “masculinização” das crianças, pode-se considerar nesse processo a imposição da cor azul, como diferenciação inicial, e a associação do sexo à possível vida futura do homem, como aquele que irá ser provedor da família e como tal não poderá deixar transparecer nenhum sentimento que remeta ao choro ou a afetividade, cabendo a ele somente ser forte, aventureiro, etc. Diante disso, o menino é “vigiado” durante seu percurso enquanto criança e adolescente (e talvez até na vida adulta), para que não apresente comportamento desviante da norma estabelecida, impondo a ele somente a reprodução do que lhe foi ensinado.

⁸ De acordo com Saffioti (2015, p.47), patriarcado “como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Segundo a autora o patriarcado “não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (p.49).

De acordo com Moreno (1999, p.30):

Os modelos de comportamento atuam como organização inconscientes da ação, e é esta característica de inconsciência que os torna mais dificilmente modificáveis. São transmitidos de geração a geração e século após século por meio da imitação de condutas e de atitudes que não chegam a ser explicadas verbalmente ou por escrito, mas que são conhecidas por todos e compartilhadas por quase todos.

Para que haja o rompimento com os modelos de comportamento que diferenciam meninas e meninos, faz-se necessário um olhar crítico acerca do processo de construção das identidades de gênero, as quais iniciam-se como visto desde ventre materno e são reforçadas socialmente pela imposição das cores rosa e azul, assim como pelos brinquedos que são divididos de acordo com o sexo biológico. É importante perceber que não existem características sexuais inerentes a perspectiva biologicista, as construções e desconstruções de gênero acontecem ante o confronto cultural e social. A sexualidade é nesse processo, manifestada em consonância com essas vivências e não é dada ao nascimento, como se propõe pensar o imaginário social.

Atender os ditames do rosa e do azul é demarcar as identidade sexuais e de gênero a uma visão simplista e polarizada, que não se concretiza no plano real. Atribuir o significado de uma cor ou produto como sendo feminino ou masculino é contribuir para a formação e reprodução de modelos patriarcais e heterossexistas, não há, nenhuma relação legítima entre as cores e a formação dessas identidades, há somente um processo não-consciente que tenta produzir mulheres submissas/heterossexuais e homens independentes/heterossexuais. Em síntese, trata-se de uma forma de demarcação de fronteiras entre o normal e o desviante, criando uma relação dicotômica entre mulheres e homens, o que as/os coloca em polos intransponíveis e opostos.

Referências

- AUAD, Daniela. *Feminismo – que história é essa?*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- _____, Daniela. *Educar meninas e meninos – relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo – a experiência vivida*. São Paulo: Nova Fronteira, 1949.
- CARVALHO, J. M. *A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, H. (org.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Herek, G. M. (1991). Estigma, preconceito e violência contra lésbicas e gays. In: Goffman, Erving. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos – guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. 2 ed. Brasília, 2012.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MEYER, Dagmar E. *Cultura teuto-brasileira-evangélica no RS: articulando gênero com raça, classe, nação e religião*. Educação & Realidade: Porto Alegre, 2000.

_____, Dagmar E. Estermann. *Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais*. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 57, n. 1, p. 13-18, 2004.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina – o sexismo na escola*. Trad. Ana Venite Fuzatto, São Paulo: Moderna, 1999.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. *Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa*. Porto Alegre: Textos e Contextos, 2011.

PINTO, A. D. C.; MENEGHEL, S. N.; MARQUES, A. P. M. K. *Acorda Raimundo! Homens discutindo violências e masculinidades*. Rio Grande do Sul: Psico, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.